



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 8 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 2 de dezembro de 2011

AMAZONAS EM TEMPO

Governador cobra de Ministra a nomeação de Thomaz Nogueira para a Suframa 1
VEICULAÇÃO LOCAL

VALOR ECONÔMICO

Governo tenta reativar demanda com crédito e redução de impostos 2
VEICULAÇÃO NACIONAL

REVISTA INFO EXAME

Governo prevê superávit de cerca de US\$ 27 bi em 2011 4
VEICULAÇÃO NACIONAL

VEJA ONLINE

Governo reduzirá impostos para incentivar o consumo e evitar desaceleração econômica 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

G-1

Importação bate recorde e superávit da balança é o menor desde janeiro 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

G-1


Manaus terá centro de dados até março de 2012, afirma ministro 8
VEICULAÇÃO NACIONAL

PORTAL A CRÍTICA

Estímulo ao crédito com efeito reduzido no AM 9
VEICULAÇÃO NACIONAL

PORTAL A CRÍTICA

Governador do Amazonas faz cobranças a Dilma e critica secretários 'ausentes' 10
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO EM TEMPO		EDITORIA
	TÍTULO Governador cobra de Ministra a nomeação de Thomaz Nogueira para a Suframa		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

O governador do Estado, Omar Aziz (PSD), informou que conversou na última quarta-feira (30) com a ministra das Relações Institucionais do Governo Federal, Ideli Salvatti, para cobrar a nomeação do então secretário executivo da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), Thomaz Nogueira, para a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

“A Suframa está acéfala. Há mais de um mês saiu o Superintendente e até agora não nomearam um novo. Os recursos não estão sendo repassados e com isso não tem como pagar as pessoas que estão fazendo projetos lá dentro e aí tudo se perde e quando você perde tempo, volta à estaca zero”, criticou Aziz.

O secretário executivo foi indicado pelo governador do Estado e pelo senador Eduardo Braga (PMDB) durante a visita da presidente Dilma Rousseff (PT), na inauguração da Ponte sobre o rio Negro durante a comemoração do aniversário de Manaus, em 24 de outubro.

Segundo fontes do Executivo estadual, a indicação foi aceita pela presidente.


No início de novembro, a Secretaria- Geral da Presidência da República confirmou o nome de Thomaz Nogueira para o cargo e informou que o Governo Federal

estava analisando minuciosamente o currículo do então secretário, para apresentá-lo à presidente.

A análise é composta por uma investigação feita pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR).

O resultado da investigação é avaliado pelo secretário-geral da Presidência da República, ministro Gilberto Carvalho, que encaminha um relatório para análise da presidente Dilma Rousseff. De posse dos dados, a presidente tem um período de até 30 dias para nomear o escolhido.

Na última semana, o líder do Governo do Estado na Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam), deputado Sinésio Campos (PT), também cobrou a nomeação do titular da Superintendência.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo tenta reativar demanda com crédito e redução de impostos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

João Villaverde e Luciana Otoni

O temor de que o Produto Interno Bruto (**PIB**) registre um avanço fraco fez o governo acelerar a divulgação de um conjunto de medidas de estímulo ao consumo, e, em menor escala, ao investimento produtivo, apresentado ontem pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O pacote de medidas inclui redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para eletrodomésticos da linha branca e a eliminação do IOF para aplicação em ações, por estrangeiros, ADRs (títulos negociáveis em bolsas de valores no exterior), IPOs (ações lançadas em abertura de capital de empresas) e títulos de renda fixa. Também foi adotado o conjunto do IOF sobre crédito ao consumidor, de 3% para 2,5% ao ano, e a redução, a zero, do PIS/Cofins cobrado sobre massas alimentícias.

Além disso, o governo ampliou o teto para habitações populares (de R\$ 75 mil para R\$ 85 mil) se enquadrarem no regime especial de tributação da construção civil. De forma coordenada, a Caixa Econômica anunciou a liberação de R\$ 5 bilhões para financiar a compra de bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos.

As medidas, que entraram em vigor ontem mesmo, foram reforçadas pela regulamentação do Reintegra, dispositivo pelo qual **exportadores** de manufaturados passam a se beneficiar imediatamente de um crédito tributário de 3% sobre o valor de suas vendas ao exterior. Chegaram a US\$ 80 bilhões em 2010 as **exportações** dos produtos beneficiados pela medida, criada como compensação pelos impostos indiretos não eliminados na cadeia de **produção** dessas **mercadorias**.

Ainda que tenha negado o nome de "pacote" ao conjunto de medidas tributárias para indústria, **comércio** varejista, construção civil, empresas com ações negociadas em bolsa e consumidores, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, confirmou que o objetivo de todas elas é estimular a economia. A equipe econômica trabalha para cumprir a meta informal do governo Dilma Rousseff, para este ano, de fazer avançar o Produto Interno Bruto (**PIB**) em, no mínimo, 3%. As medidas, segundo o ministro, apontam para um salto de 5% no **PIB** em 2012.

A medida do IPI elimina as alíquotas do imposto sobre fogões (até ontem em 4%) e máquinas de lavar semi-automáticas (até ontem em 10%). Além disso, o IPI sobre refrigeradores e congeladores (geladeiras) caiu, de 15% para 5%, e a alíquota de máquinas de lavar passou de 20% para 10%. Ao todo, o governo deve abrir mão de R\$ 560 milhões em arrecadação com o IPI menor, que têm validade até o fim de março de 2012. As reduções valem para os eletrodomésticos com selo "A" de eficiência energética.

A presidente do Magazine Luiza, a empresária Luiza Trajano, afirmou que a redução nos preços ao consumidor em consequência da queda de imposto deve variar de 10% a 15%. Caso haja **mercadorias** em estoque nos varejistas, a indústria pode solicitar a devolução fictícia, como forma de emitir outra nota fiscal, com o novo IPI.

Além da linha branca, o governo eliminou o PIS e o Cofins até junho de 2012 - o que representará renúncia fiscal de R\$ 284 milhões. Com a medida, o governo renovou por um ano a redução a zero dos mesmos tributo para farinha de trigo e pão francês, benefício que acabaria em dezembro deste ano. Ao todo, essa prorrogação representa uma renúncia de R\$ 528 milhões em PIS e Cofins para o Fisco.

Outro incentivo foi dado no regime especial de tributação para o setor de construção civil destinado à baixa renda. Os tributos para o segmento de imóveis de interesse social foram equiparados aos concedidos no programa Minha Casa, Minha Vida. Até ontem, a alíquota única de tributos era de 6%, e, a partir de hoje, será de apenas 1%.

O anúncio das medidas, que acabaram por configurar um pacote de estímulo à atividade, foi definido de última hora, na noite da quarta-feira. Segundo apurou o Valor, o **Ministério** da Fazenda já trabalhava em todas as medidas em separado, e preparava o anúncio da devolução de créditos tributários aos **exportadores** (Reintegra) e das medidas à construção civil para ontem. No entanto, a apresentação do ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio**, Fernando **PIM**entel, em evento realizado na quarta-feira para empresários do **Mercosul**, em Brasília, alterou os planos da Fazenda.

Ao falar que o governo, e em especial o **Ministério** da Fazenda, estava avançado nos estudos para incentivar o consumo das famílias, e, em seguida, diante da interpretação do **mercado** de que **PIM**entel se referia à provável redução do IOF ao crédito para o consumidor, Mantega definiu que as medidas - de IOF e também de IPI - deveriam ter seu anúncio antecipado, e o **Ministério** trabalhou na madrugada para finalizar o pacote. O convite aos empresários do setor

varejista para que se reunissem na Fazenda ontem pela manhã foi feito no fim da tarde de quarta-feira.

PIMentel, que chegou 25 minutos atrasado à entrevista em que o pacote foi anunciado, quase fica ausente da festa, porque iria viajar a Curitiba para anunciar o resultado da balança comercial de novembro e foi avisado às pressas. Falou apenas uma vez, ao detalhar o Reintegra.




VEÍCULO EXAME	EDITORIA	
TÍTULO Governo prevê superávit de cerca de US\$ 27 bi em 2011		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O acumulado do ano até novembro já chega a US\$ 25,971 bilhões, recorde histórico para o período

Curitiba - O secretário-executivo do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**, Alessandro Teixeira, disse hoje que a previsão de superávit comercial para este ano é em torno de US\$ 27 bilhões. Se a previsão se confirmar, significa que a balança comercial brasileira terá um superávit em torno de US\$ 1 bilhão em

dezembro. O acumulado do ano até novembro já chega a US\$ 25,971 bilhões, recorde histórico para o período.

Segundo Teixeira, o patamar de US\$ 31 bilhões de saldo registrado em 12 meses, encerrados em novembro, não será mantido até o final do ano. Ele destacou o superávit de novembro, de US\$ 583 milhões, mais que o dobro do resultado de novembro de 2010 (US\$ 291 milhões). "Este é um mês em que tradicionalmente o saldo é pequeno, mas conseguimos duplicar", destacou.

	VEÍCULO VEJA ONLINE	EDITORIA	
	TÍTULO Governo reduzirá impostos para incentivar o consumo e evitar desaceleração econômica		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Beatriz Ferrari e Luciana Marques

Os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando PIMente anunciam medidas de redução de tributos e impostos com o objetivo de estimular o consumo e acelerar o crescimento da economia brasileira (Agência Brasil)

"Se o Banco Central baixou a Selic é porque está seguro de que a inflação está sob controle. Nós reduzimos os impostos porque o custo do consumo é muito caro"

Preocupado com a desaceleração excessiva da economia brasileira nos dois últimos trimestres, o governo decidiu anunciar nesta quinta-feira uma série de redução de impostos para impulsionar o consumo. A previsão de analistas é de que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro tenha variação nula no terceiro trimestre deste ano em relação ao segundo. Temendo uma nova revisão negativa do PIB - já houve alteração de 4,5% para 3,8% -, o ministro da Fazenda Guido Mantega convocou os brasileiros a continuar consumindo. Citando a redução da taxa básica de juros em 0,5 ponto percentual divulgada pelo Banco Central nesta quarta, Mantega disse que as medidas se somam ao que o governo já vem fazendo e visam evitar os efeitos que crise internacional possam ter no mercado interno. Entre as ações anunciadas estão a redução do imposto da linha branca - geladeiras, fogões, máquinas de lavar -, desoneração da construção civil para construção de casas populares e redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e do Pis e Confins para alguns setores.

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) do fogão cairá de 4% para zero, da geladeira de 15% para 5%, da máquina de lavar de 20% para 10% e do tanquinho, de 10% para zero. A redução das alíquotas para os produtos da linha branca valerão até março de 2012. O governo também vai aumentar de 75.000 para 85.000 reais o valor da classificação de imóvel popular para ingresso no Regime Especial de Tributação (RET). A medida vai beneficiar as construtoras que integram o Programa Minha Casa, Minha Vida. Até junho do ano que vem, o governo vai zerar também o Pis e Cofins para a produção de massas, que hoje é de 9,25%. O ministro também afirmou que haverá renovação por

mais um ano da desoneração do grão e da farinha, que estava prevista para terminar em dezembro deste ano.

O IOF no financiamento ao consumo, ou seja, o crédito para pessoa física cairá de 3% para 2,5% e será zerado nas aplicações na bolsa em renda variável, que hoje é de 2%. "São investimentos externos na bolsa, que ajudam a financiar as empresas brasileiras. É uma importante fonte de captação e um dos recursos mais baratos que existe", disse Mantega. Os tributos para aplicações de estrangeiros em debêntures de longo prazo, ou seja, títulos de dívida de empresas que usam o dinheiro para investir em infraestrutura, também serão eliminados. Antes, essas aplicações eram tributadas com 6% de IOF. Mantega esclareceu que essa medida não tem nada a ver com a tributação dos derivativos. "Não estamos afrouxando a política cambial. Inclusive, se houver risco para o real, podemos até aumentar impostos em derivativos", disse.

Além das medidas anunciadas por Mantega, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando PIMente, divulgou a regulamentação do Reintegra, um programa do governo que prevê a devolução de até 3% do valor de produtos manufaturados exportados. O Reintegra já havia sido anunciado, mas ainda não havia sido regulamentado e não tinha validade. Segundo PIMente, os valores podem ser devolvidos tanto em tributos como em espécie e as devoluções serão processadas trimestralmente. São aproximadamente 8.500 produtos industrializados passíveis de integrar o programa. "Essas medidas vêm se somar a outras que estamos tomando", afirmou Mantega, citando o afrouxamento recente das medidas macroprudenciais tomadas pelo BC em dezembro do ano passado e a ampliação do Simples. Três decretos e uma Medida Provisória serão publicados na tarde desta quinta-feira em uma edição extra do Diário Oficial.

Inflação - Mantega negou que as medidas possam elevar a inflação. "Se o Banco Central baixou a Selic é porque está seguro de que a inflação está sob controle. Nós reduzimos os impostos porque o custo do consumo é muito caro", afirmou. Questionado sobre o risco de as medidas elevarem o nível de inadimplência no país, Mantega afirmou

que o endividamento das famílias é normal. "Os brasileiros devem continuar consumindo", defendeu.

Saiba o que mudou:

IOF

Descrição Alíquota atual Nova alíquota

Investimento externo em ações

2%

Zero

Venture Capital (capital de risco)

2%

Zero

Cancelamento de recibos de ações de empresas brasileiras negociadas no exterior

2%

Zero

Aplicações de não-residentes de títulos privados de longo prazo com duração acima de 4 anos

6%

Zero

Crédito para pessoa física

3% ao ano 0,0082% ao dia

2,5% ao ano 0,0068% ao dia

IPI Linha Branca

Descrição Alíquota atual Nova alíquota

Fogões de cozinha

4%

Zero

Refrigeradores e Congeladores

15%

5%

Lavadoras de roupa (automáticas, semi automáticas)

20%

10%

Lavadoras de roupa (tanquinhos)

10%

Zero

IPI

Descrição Alíquota atual Nova alíquota

Palha de aço

10%

5%

Papel sintético

15%

Zero

PIS e COFINS

Descrição Alíquota atual Nova alíquota

Massas - até 30/06/2012


9,25%

Zero

Farinha de trigo e pão comum - prorrogação de prazo de 31/12/2011 para 31/12/2012

Zero

Zero

	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO Importação bate recorde e superávit da balança é o menor desde janeiro		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Em novembro, saldo positivo da balança comercial somou US\$ 583 milhões.

No acumulado do ano, superávit sobe 75,3%, para R\$ 25,9 bilhões.

As importações bateram recorde histórico em novembro deste ano, quando a média diária de compras do exterior somou US\$ 1,05 bilhão, informou nesta quinta-feira (1º) o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. A série histórica disponibilizada pelo governo começa em 1995.

A média diária é considerada, por especialistas, o melhor critério para comparações, pois elimina a diferença de dias úteis existente entre os meses. Em valores absolutos, entretanto, as importações somaram US\$ 21,19 bilhões e não foram as maiores da história - perdendo para agosto deste ano (US\$ 22,28 bilhões).

Saldo comercial e exportações em novembro

Com o forte crescimento das importações na véspera do Natal, o superávit da balança comercial brasileira (exportações menos compras do exterior) somou US\$ 583 milhões no mês passado. Trata-se do resultado mais baixo desde janeiro deste ano, quando o saldo positivo somou US\$ 398 milhões.

As exportações, por sua vez, somaram US\$ 21,77 bilhões em novembro, ou US\$ 1,08 bilhão por dia útil, ainda de acordo com os números do Governo Federal. Neste caso, as vendas externas não bateram recorde, que permanece sendo o mês de agosto deste ano (US\$ 1,13 bilhão de média diária).

Acumulado do ano

Na parcial de janeiro a novembro deste ano, de acordo com o governo, o superávit da balança comercial brasileira somou US\$ 25,97 bilhões. Com isso, registrou

crescimento de 75,3% sobre o mesmo período do ano passado, quando somou US\$ 14,81 bilhões.

O aumento do saldo comercial neste ano está relacionado, principalmente, com a elevação dos preços das chamadas "commodities" (produtos básicos com cotação internacional, como alimentos, petróleo e minério de ferro, entre outros) no mercado externo. Com o preço em alta, as vendas externas se tornam mais rentáveis - o que aumenta o valor das exportações.


As exportações brasileiras, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, somaram US\$ 233,9 bilhões no acumulado deste ano, com crescimento de 28,7% sobre o igual período de 2010. Ao mesmo tempo, as importações totalizaram US\$ 207,9 bilhões na parcial de 2011, com elevação de 24,6% sobre o mesmo período do ano passado.

Ano de 2010 e previsões

Em 2010, com o forte crescimento das importações, fruto do elevado ritmo de crescimento da economia brasileira (7,5%) e do dólar baixo - fator que encarece as vendas externas e tornam as compras do exterior mais baratas - o saldo comercial ficou positivo em US\$ 20,27 bilhões, o valor mais baixo em oito anos.

O desempenho da balança comercial em 2011 tem surpreendido os analistas, visto que, no início deste ano, o mercado financeiro acreditava que o superávit ficaria abaixo de US\$ 9 bilhões. Com os bons números dos últimos meses, este dado tem sido constantemente revisado para cima.

Os economistas de instituições financeiras acreditam atualmente que, mesmo com um crescimento menor da economia (cerca de 3,1%) e com um dólar baixo registrado em boa parte deste ano, a balança comercial brasileira, principalmente por conta da alta dos preços das "commodities", deve registrar um saldo positivo de US\$ 28,2 bilhões neste ano.

	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO Manaus terá centro de dados até março de 2012, afirma ministro		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Manaus e Recife são as cidades escolhidas para receber os datacenters.

Os sistemas darão suporte às aplicações de pesquisa e educação. Acordo de instalação dos Datacenters foi realizado nesta quarta-feira (30).

Manaus terá um dos dois novos Centros de Dados (datacenters) com grande capacidade de armazenamento no **Brasil** até março de 2012. A instalação do sistema é fruto de um acordo entre o **Ministério** da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a empresa Chinesa Huawei. As instituições assinaram o acordo nesta quarta-feira (30), em Brasília.

Na parceria, a companhia Huawei se compromete a doar equipamentos a serem utilizados na infraestrutura de computação em nuvem, um sistema de armazenamento de dados acessíveis, através da internet, sem necessidade de uso de softwares.


O anúncio foi feito pelo MCTI e está relacionado a um projeto de difusão e **desenvolvimento** de tecnologias digitais nas regiões Norte, por meio de **Manaus**, e Nordeste do país, por Recife. O investimento do contrato ainda não foi divulgado, mas o acordo é consequência de uma oferta realizada pela empresa durante a visita da presidenta Dilma Rousseff à China, em abril deste ano. O MCTI estabeleceu ainda que a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), organização social supervisionada pelo **Ministério**, será responsável por planejar e gerir os datacenters.

Para o ministro Aloizio Mercadante, os lugares escolhidos para a instalação dos dois centros de dados se justificam pela necessidade de impulsionar o **desenvolvimento**

das regiões. Nós escolhemos a **Amazônia** e o Nordeste porque temos que desconcentrar a riqueza, a inteligência e a pesquisa do **Brasil** para criar um país que se desenvolva de forma mais homogênea e mais equilibrada, frisou.

O ministro explicou ainda que a tendência da indústria de Tecnologia da Informação, instalada na **Zona Franca** de **Manaus**, é gerar cada vez mais empregos com o **desenvolvimento** de programas de computador (softwares) e jogos eletrônicos. Precisamos gerar **desenvolvimento** para 25 milhões de pessoas que vivem na **Amazônia**, mas que impeça o desmatamento e preserve os recursos estratégicos que nós temos. E com uma indústria limpa, uma indústria de serviços, como é a parte de software, como serão os serviços de computação em nuvem.

Segundo informações do **Ministério**, os sistemas darão suporte às aplicações de pesquisa e educação. De acordo com o diretor geral da RNP, Nelson Simões, os centros representam uma infraestrutura de alto desempenho que vai permitir às várias instituições ligadas à rede ter acesso a computação e armazenamento e desenvolver projetos de pesquisa e educação de uma forma nova e muito mais eficiente. Esses centros serão especiais para aqueles grupos que estão demandando cada vez maior capacidade para as suas pesquisas, disse.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO Estímulo ao crédito com efeito reduzido no AM		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Queda no IPI da linha branca, nas operações financeiras e no preço do pão terão pouco impacto para os consumidores do Amazonas

Manaus, 02 de Dezembro de 2011

CINTHIA GUIMARÃES E AGÊNCIAS

As medidas já começaram a valer nessa quinta-feira, início da temporada natalina. Preços no varejo reduzirão cerca de 15% (Euzivado Queiroz)

O **Governo Federal** anunciou nessa quinta-feira (1) um pacote de medidas de estímulo ao crédito, a exemplo da redução ou isenção na cobrança tributos como o Imposto de Produtos Industrializados (IPI) para linha branca (fogão, geladeira, máquina de lavar, tanquinho) até março de 2012.

No entanto, o consumidor do **Amazonas**, segundo empresários do setor e economistas, deve sentir pouca ou nenhuma redução no preço final desses produtos, uma vez que já chegam a **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)** com alíquota zero do IPI. Diferente para o restante do país que poderá pagar até 15% mais barato nas compras no varejo.

A linha branca montada no Polo Industrial de **Manaus (PIM)** se refere apenas a condicionadores de ar e microondas, feitos em indústrias como Whirlpool Eletrodomésticos, Hitachi Ar-condicionados, LG Eletronics e Eletrolux.

Todas as medidas foram publicadas em edição extra do Diário Oficial e já passam a valer a partir dessa quinta-feira. O anúncio de é semelhante ao que ocorreu em 2008, ano de impacto da crise econômica mundial, quando o governo decidiu baixar o IPI sobre essa mesma linha com objetivo de incentivar o consumo brasileiro e fazer a moeda circular.

Representantes de classe explicaram porque o consumidor amazonense deverá sentir menos o impacto econômico, como o presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de **Manaus** CDLM), Ralph Assayag.

“O que pode acontecer como foi em 2008. Como em outros estados vai ser mais barato algumas fábricas reduzem o preço dos bens para acompanhar o restante, quando podemos sentir uma leve diferença”.

Na avaliação do consultor econômico da Federação do **Comércio** do **Amazonas (Fecomércio/AM)**, José Fernando, indiretamente vamos ser beneficiados, uma vez que os preços foram reduzidos na fonte. “Teremos um pequeno impacto positivo estendido a toda a nação”.


Para o presidente da Federação das Indústrias do **Amazonas (Fieam)**, Antonio Silva, as medidas do **Governo Federal** não afetam o **PIM**, mas, ele comemora outro feito.

“Já os recursos anunciados, conforme divulgação na imprensa, pela Caixa Econômica Federal, na ordem de R\$ 5 bilhões, a serem disponibilizados em crédito para aquisição de eletroeletrônicos, entre outros produtos, certamente vão influenciar positivamente na **produção** e faturamento da **Zona Franca**”.

'Pechinchar é preciso'

O consumidor deve pechinchar e exigir das lojas um desconto maior do que a redução de impostos estabelecida pelo governo sugeriu o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

“Espero que chegue ao consumidor não só o que foi reduzido de impostos, mas que as lojas façam promoções vendendo, além disso. O consumidor deve pechinchar e discutir com o varejista, dizendo: o governo está reduzindo 10 pontos percentuais no imposto da geladeira, eu quero mais do que isso”.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO Governador do Amazonas faz cobranças a Dilma e critica secretários 'ausentes'		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Governador cobra nomeação do novo Superintendente da Suframa e investimentos no Centro de Biotecnologia da Amazônia

Manaus, 02 de Dezembro de 2011

OSMIR MEDEIROS

Governador Omar Aziz (ao centro) na abertura do Fórum Nacional sobre ciência e tecnologia e amparo à pesquisa (Alex Pazuello/Agecom)

O governador Omar Aziz (PSD) aumentou a pressão sobre o governo da presidente Dilma Rousseff (PT) e sobre seu próprio secretariado.

Pediu nessa quinta-feira (1), na abertura do Fórum Nacional Conjunto dos Conselhos Nacionais de Secretários de Ciência e Tecnologia (Consecti) e de Fundações de Amparo à Pesquisa (Confap), que o evento resultasse numa carta ao **Governo Federal** cobrando a nomeação imediata do novo **Superintendente** da **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)** e uma definição urgente para a situação do **Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)**. O evento ocorreu no Stúdio 5.

Essas indefinições ressaltou o governador Omar Aziz, são extremamente prejudiciais ao **Amazonas** e precisam ser resolvidas o quanto antes. Quanto à sua equipe, repetiu que não admite o descompromisso e a falta de responsabilidade no exercício da função pública, e que as portas de saída estão abertas para os insatisfeitos.

Vago há quase dois meses, após o pedido de exoneração da ex-**Superintendente Flávia Grosso**, o cargo de **Superintendente** da **Suframa** é tradicionalmente indicado pelo governador do **Amazonas** e deverá ser ocupado pelo atual secretário executivo da Fazenda estadual, Thomaz Nogueira, nome escolhido por Omar Aziz e aceito pela Presidência da República.

O problema é quando a oficialização irá acontecer, porque a definição do nome não resultou em nomeação até hoje, deixando a autarquia sem comando.

Para Omar, a **Suframa** não pode ficar "acéfala" durante tanto tempo e justamente num período crítico como esse em que, além da instabilidade econômica mundial, o Congresso Nacional vota matérias vitais para o modelo **ZFM**, como a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 98/2007, a chamada PEC da Música, que dá imunidade tributária à cadeia produtiva da música em todo o País e, na prática, e ameaça o fim do polo de CDs e DVs.

Já o tratamento dado ao **CBA** foi usado como espelho do comportamento federal e mesmo do **Brasil** em relação ao **Amazonas** e à região.

Criado há 10 anos e celebrado como o vetor de um novo ciclo de **desenvolvimento**, baseado na pesquisa e **desenvolvimento** de tecnologias para a exploração da diversidade biológica **regional**, o centro virou uma espécie de abstração do ponto de vista legal, pois nunca teve definida sua estrutura jurídica.

Consequentemente, não tem sequer dotação orçamentária. "É preciso acabar com essa história de falar da **Amazônia** e de decidir os destinos da região sem conhecer a realidade local, sem nunca ter botado os pés aqui. O **CBA** tem uma década e só funciona parcialmente porque o governo do **Amazonas**, através da Fundação de Amparo à Pesquisa, financia 35 projetos que vêm sendo tocados ali. Mas, a continuar assim, logo o centro fechará", criticou o governador.